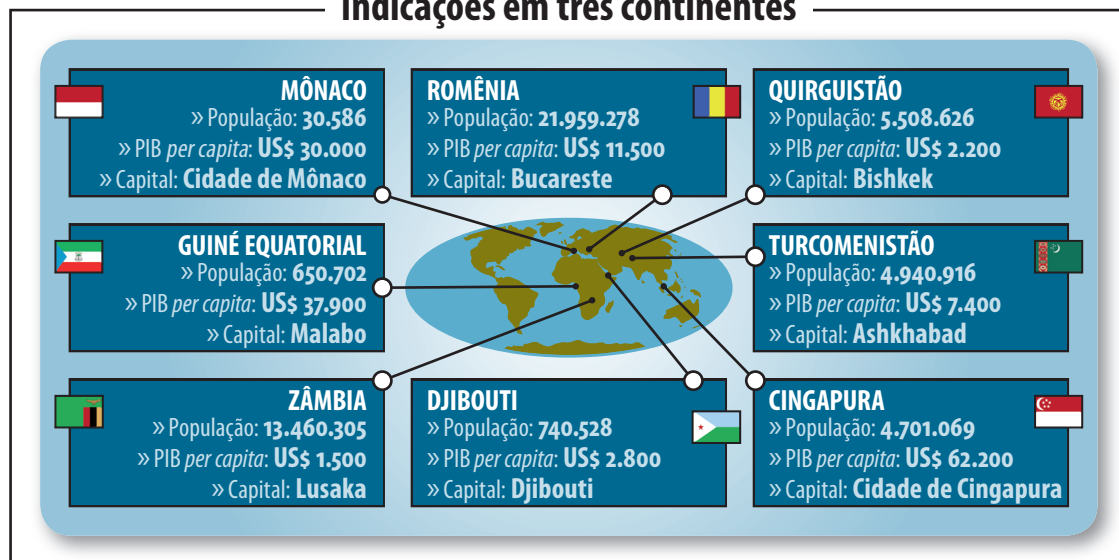


## Indicações em três continentes



Fonte: CIA World Factbook

## Governo indica embaixadores para oito países

O governo encaminhou ao Senado nesta semana as indicações de integrantes da carreira diplomática para o cargo de embaixador brasileiro em oito países: Romênia, Mônaco, Cingapura, Djibouti, Guiné Equatorial, Zâmbia, Turcomenistão e Quirguistão. As propostas serão examinadas pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) no início da legislatura e, se confirmadas, vão para o Plenário.

Para a Romênia, o escolhido foi Raymundo Magno, que já foi assessor especial da Casa Civil da Presidência, atuou como delega-

do permanente na Organização da Aviação Civil Internacional, em Montreal (Canadá), e como primeiro-secretário da delegação brasileira na Associação Latino-Americana de Integração.

Desde 2008 respondendo pela embaixada em Paris, José Maurício de Figueiredo Bustani está sendo indicado para acumular o cargo junto ao Principado de Mônaco. Bustani foi diretor-geral da Organização para a Proibição de Armas Químicas até 2002. Depois, esteve à frente da embaixada em Londres.

Para Cingapura, foi indicado

o ministro Luis Fernando de Andrade Serra. Ele já ocupou a embaixada em Gana e, cumulativamente, a de Burkina Fasso.

Isabel Cristina Heyvaert, que já ocupa a representação na Etiópia, foi designada para atuar, cumulativamente, junto à República do Djibouti. Eliana da Costa e Silva Puglia deve seguir para Guiné Equatorial e Ana Maria Morales foi indicada para atuar em Zâmbia. O ministro Oswaldo Biato Júnior foi indicado para servir simultaneamente no Turcomenistão e no Quirguistão.

## Um grito de alerta contra o trabalho escravo

Semana iniciada ontem tem eventos em todo o país para mobilizar sociedade e fazer pressão por legislação mais rígida

A 2ª Semana Nacional Contra o Trabalho Escravo, aberta ontem em Açailândia (MA), organizou uma série

de eventos como forma de sensibilizar a população e pressionar as autoridades. Pará registra o maior número de casos. 3

CI tem três projetos para reduzir efeitos de enchentes 2

Kátia rebate novas críticas ao Código Florestal 2

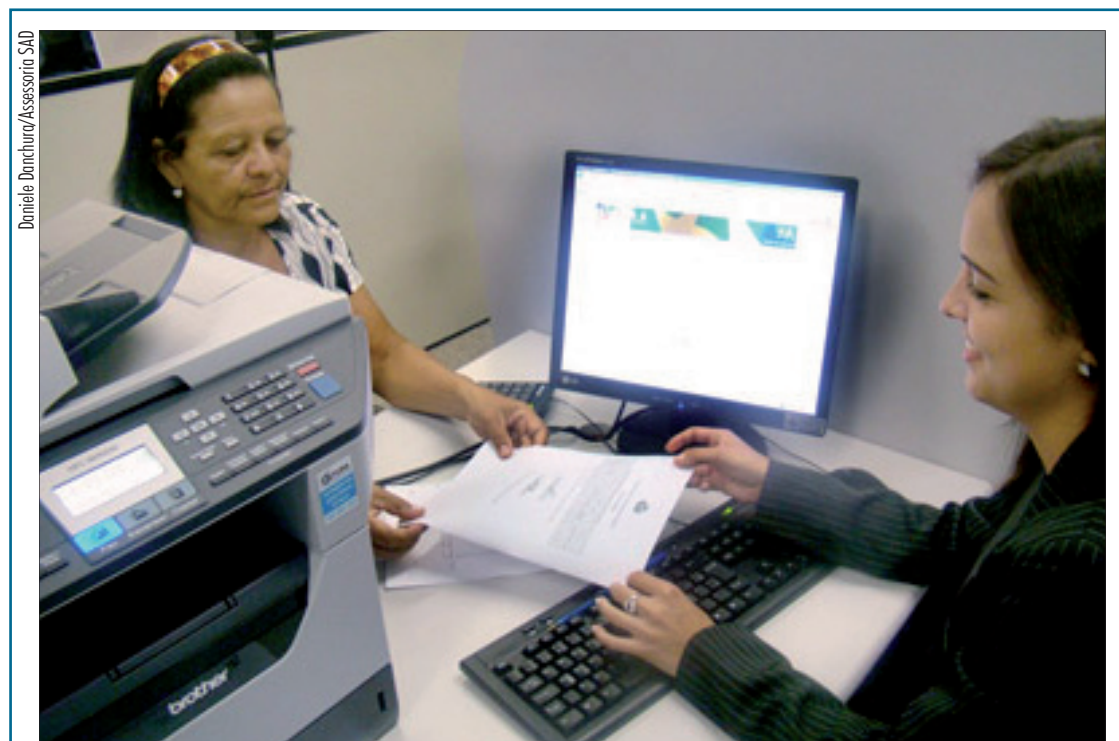
## Senado abre inscrições para interessados em expor obras

Pintores, escultores, fotógrafos, gravuristas e desenhistas do Brasil e do exterior interessados em expor seus trabalhos no Senado podem entrar em contato com a Primeira-Secretaria da Casa para se inscrever na pauta 2011 do Espaço Cultural Senador Ivandro Cunha Lima. As normas e instruções podem ser acessadas no site [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) ou pelos telefones (61) 3303-3159 ou 3303-1544.

A primeira exposição do ano será em março. Na próxima semana, a Comissão Especial Curadora de Artes Plásticas do Senado se

reúne para escolher, entre os seis inscritos até o momento, qual artista abrirá a temporada 2011. O Espaço Ivandro Cunha Lima localiza-se no corredor que dá acesso aos anexos 1 do Senado e da Câmara. A estimativa é de que circulem por lá, diariamente, cerca de 2 mil pessoas.

Em 2010, foram realizadas 21 exposições individuais e uma coletiva no espaço cultural. A mostra *Retratos de Brasília, Janelas do Brasil, Arte em Festa*, ocorrida em abril, integrou as comemorações pelos 50 anos de Brasília.



Daniele Donichiro/Assessoria SAD

Rosilda Barbosa recebe sua aposentadoria: taxas para empréstimo não poderão ser mais altas que as cobradas de ativos

## Aposentados: projeto limita juro em consignado

As taxas de juros cobradas de aposentados e pensionistas em operações de crédito consignado – com desconto realizado diretamente na folha de pagamento – não poderão ser mais altas que aquelas cobradas dos trabalhadores da ativa.

A exigência é prevista em projeto (PLS 565/07) apresentado por Paulo Paim (PT-RS) que está pronto para ser examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O senador considera que taxas de juros mais altas para aposentados e pensionistas podem caracterizar discriminação

contra idosos, tipificada como crime no Estatuto do Idoso (Lei 10.471/03).

Para limitar as taxas, Paim modifica a lei que trata da autorização para desconto de prestações em folha de pagamento (Lei 10.820/03). O projeto já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebeu parecer favorável do senador João Tenório (PSDB-AL).

Para o relator, as operações com desconto em folha "têm risco de inadimplência quase nulo". Além disso, "o risco de empréstimos para aposentados e pensionistas

é até menor que para trabalhadores da ativa, pois esses podem perder o emprego (o que inviabilizaria o desconto em folha e aumentaria o risco de não pagamento), enquanto aposentados e pensionistas têm renda garantida até o fim da vida".

Na CAS, a proposta de Paim chegou a receber relatório favorável do relator, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), cujo mandato acaba na próxima segunda-feira. Agora, a comissão, à qual cabe decisão terminativa sobre o projeto, terá de designar um novo relator.



Márcia Kollme/Senado Federal

Exposição no Espaço Ivandro Cunha Lima, no Senado, por onde passam diariamente mais de 2 mil pessoas, em média. Comissão decide, na próxima semana, primeiro artista a expor este ano



Comissão de Infraestrutura considera necessárias medidas que ampliem obras de escoamento das águas das chuvas, fornecimento de água potável e tratamento de esgoto

## Três propostas da CI reduzem efeitos de eventos climáticos

A DRENAGEM DE águas pluviais é não só um dos principais serviços inseridos no saneamento básico, mas também fundamental para evitar devastações provocadas por catástrofes naturais, como a ocorrida na Região Serrana do Rio de Janeiro. Ciente do risco enfrentado por muitos municípios, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) apresentou, em abril do ano passado, três projetos de lei (PLSs 96/10, 97/10 e 98/10) com medidas para ampliar obras de escoamento das águas das chuvas, fornecimento de água potável e tratamento de esgoto e de resíduos sólidos.

Os PLSs 96/10 e 97/10 chegaram a receber relatório na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE),

mas ambos serão reapresentados e receberão novos pareceres. O PLS 96/10 determina condições idênticas de concorrência entre sociedades de economia mista, empresas públicas e privadas na prestação de serviços públicos. Também prevê a exigência de licitação para estatais envolvidas na concessão de serviços públicos, notadamente na área de saneamento.

Já o PLS 97/10 acrescenta dispositivo à Lei 11.445/07 (que traça as diretrizes nacionais para o saneamento básico) para proibir a aplicação de verbas federais em obras do setor sem projeto básico de engenharia atualizado e aprovado pelos órgãos competentes.

O único projeto que não che-

gou a receber relatório na CAE foi o PLS 98/10, que inclui o saneamento básico entre as ações financiadas com recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS). Para a CI, "nenhuma política pública tem maior impacto sobre a saúde da população que o saneamento básico". Assim, seria um equívoco as leis 8.080/90 (que regula o Sistema Único de Saúde) e 8.142/90 (que trata da alocação de recursos do FNS) não possibilitarem o financiamento de obras de saneamento com verbas da saúde.

"O saneamento básico evita a disseminação de doenças infectocontagiosas, o que leva a uma redução no atendimento médico-hospitalar", justifica a comissão.



José Cruz/Senado Federal

Para a senadora, relacionar tragédia no Rio a proposta de novo código é sensacionalismo

## Kátia critica novas acusações do Greenpeace ao Código Florestal

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) contestou ontem informações divulgadas pelo Greenpeace sobre o projeto do novo Código Florestal. Segundo ela, a organização não governamental está usando a tragédia que atingiu a Região Serrana do Rio de Janeiro – na qual morreram mais de 800 pessoas – para divulgar "informações inconsistentes" a respeito das mudanças propostas para o código.

– Falar em tragédia versus Código Florestal é sensacionalismo descartável – disse a senadora à Agência Senado.

Na internet, o Greenpeace alega que as mudanças propostas pelo PL 1.876/99 (número de tramitação na Câmara dos Deputados) legalizariam a ocupação de áreas de preservação permanente, como morros, encostas e várzeas em perímetros urbanos. Contudo, de acordo com a senadora, o argumento não condiz com o substitutivo do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

De acordo com Kátia Abreu, o projeto do novo Código Florestal não foi estruturado para contemplar a prevenção de tra-

gédias como a do Rio de Janeiro. Para isso, alega, são necessárias leis específicas, acompanhadas por mapas em escala 1:25.000 (um centímetro no mapa equivale a 250 metros), além de um programa para monitoramento climático de alta resolução.

### Ocupação

A senadora também contesta o argumento de que o novo código vai legalizar a ocupação de áreas como encostas e morros, hoje protegidas pelas leis. Segundo ela, isso teria que se dar nas esferas estaduais e municipais.

– Não há como se legalizar ocupação sem conhecimento detalhado. Nem o Código Florestal nem o substitutivo tratam do assunto. Ou o Brasil parte para esse tipo de avanço na legislação, ou ficará eternamente nesse disse me disse que não leva a nada – argumentou.

Na opinião de Kátia Abreu, os desastres que atingiram municípios como Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis são o resultado de ocupações de áreas indevidas com mudanças na vegetação original.



Ivo Gonçalves/PMMA

Operários trabalham, em 2007, nas obras de drenagem pluvial de uma rua com esgoto a céu aberto na Hípica, bairro de Porto Alegre

## Plenário pode votar Fundo Nacional de Defesa Civil

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) enviou neste mês ao exame do Plenário proposta de emenda à Constituição (PEC 20/09) que cria o Fundo Nacional de Defesa Civil. O autor, senador César Borges (PR-BA), propõe que 0,5% da receita da União oriunda dos impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI) seja destinado ao atendimento de situações de emergência e calamidade pública. Na CCJ, o relator, o ex-senador Marconi Perillo (PSDB-GO), atual governador de Goiás, modificou o texto original.

– A criação do fundo na Constituição, com recursos designados para esse fim e sem a necessidade de recorrer à liberação de recursos emergenciais, o que inevitavelmente esbarra em entraves burocráticos, demonstra a firme intenção de solucionar definitivamente o problema – disse Marconi. O fundo foi reivindicado no 10º Fórum dos Governadores do Nordeste, informou o relator.

Outras duas propostas modificam a Constituição para dotar o país de condições adequadas ao enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas. O acesso à

água potável e ao saneamento básico pode passar a ser direito social previsto na Constituição, de acordo com a PEC 7/10, do ex-senador Renato Casagrande. A proposta inclui ainda o conceito de água como bem econômico, finito e vulnerável, de valor econômico em todos os seus usos. Embora a Constituição já reconheça a água como bem de domínio público, a PEC transfere esse princípio para o artigo 225, que trata da proteção ao meio ambiente.

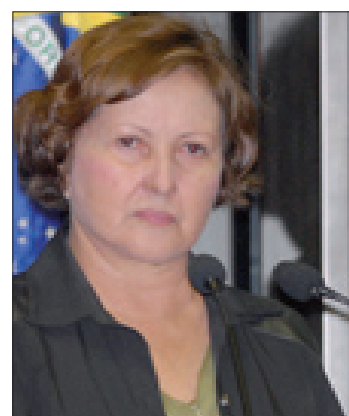
Uma terceira PEC (82/07) esta-



José Cruz/Senado Federal

Proposta de César Borges destina ao fundo 0,5% de receita do IR e do IPI

dade civil para atividades lesivas ou potencialmente danosas ao meio ambiente. Apresentada pela senadora Maria do Carmo



Geraldo Mergelha/Senado Federal

Maria do Carmo Alves quer obrigar reparação de danos ambientais

Alves (DEM-SE), a proposta obriga a reparação de danos causados por atividades econômicas com risco ambiental inerente.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: \*  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

\*Cargo vago após renúncia de Marconi Perillo

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Semana Nacional, iniciada ontem, programou eventos em diversos estados para sensibilizar a população e cobrar ação mais enérgica do Estado

# Protestos contra trabalho escravo em todo o país

INICIADA ONTEM, A 2ª Semana Nacional contra o Trabalho Escravo pretende, com eventos programados para todo o país, sensibilizar a população e aumentar a pressão social para gerar avanços na eliminação do problema.

O encontro foi aberto com o lançamento do *Atlas político-jurídico do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão*, elaborado pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos (CDVDH) de Açailândia (MA). A obra reúne uma amostra das informações sobre o tema que constam em arquivos do centro e de órgãos governamentais.

O presidente da Frente Nacional contra o Trabalho Escravo, senador José Nery (PSOL-PA), participou do lançamento, em Açailândia, ao lado de parlamentares federais e estaduais, membros do Judiciário, integrantes da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Maranhão e representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em Minas Gerais, uma manifestação hoje do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) faz parte da programação do evento



Volter Campanato/ABR

Trabalhadores rurais, como os cortadores de cana, são as maiores vítimas das condições de trabalho semelhantes à escravidão: manifestações de repúdio em todo o país

para lembrar os sete anos do assassinato de três auditores fiscais do trabalho e um motorista do Ministério do Trabalho, na cidade mineira de Unaí.

A manifestação será em frente ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, em Belo Horizonte, para cobrar o julgamento dos principais envolvidos no episódio que ficou conhecido como a "chacina de Unaí".

Atualmente, quatro réus estão em liberdade, beneficiados por *habeas corpus*, e

cinco acusados de participar da execução estão presos em Contagem (MG).

Antério Mânica, denunciado como mandante do crime, teve seu processo desmembrado dos demais em razão de ter sido eleito prefeito de Unaí e será julgado em foro especial após o julgamento dos demais acusados.

## Pará

Ainda hoje, será aberto em Belém o seminário *Trabalho Escravo no Pará, Desafios e*

*Propostas para a Erradicação*. O evento também contará com a presença do senador José Nery, autor da proposta para que 28 de janeiro integre o calendário como o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. O evento termina amanhã com a apresentação das ações prioritárias para combater a prática no estado.

Entidades representativas do Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Escravo realizam manifestações hoje no Piauí e entregarão um manifesto

às autoridades do estado e à imprensa.

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) de São Paulo realizará audiência pública para discutir o trabalho escravo urbano. O foco do debate será a indústria do vestuário.

Também hoje haverá culto ecumênico alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, às 8h, no auditório do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT), em Cuiabá.

## Na Câmara, PEC aguarda na fila pelo 2º turno desde 2004

A proposta de emenda à Constituição (PEC 57/99) que prevê a possibilidade do confisco da propriedade rural em que ficar comprovada a exploração de trabalho escravo foi aprovada no Senado e encaminhada à Câmara dos Deputados no final de 2001, como PEC 438/01. A matéria foi votada pelos deputados em primeiro turno em 2004 e, desde então, espera na fila pelo segundo turno.

Um abaixo-assinado com mais de 160 mil adesões referendou a PEC. Nesta 2ª Semana Nacional contra o Trabalho Escravo, novas assinaturas serão recolhidas em apoio à proposta.

A matéria foi apresentada

pelo então senador Ademir Andrade (PSB-PA) e inclui no artigo 243 da Constituição a exploração de trabalho escravo como uma das possibilidades para a expropriação de terras destinadas à reforma agrária.

A Constituição já prevê essa medida para áreas em que forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, com assentamento prioritário aos colonos que já trabalhavam na área.

Na Câmara, a proposta recebeu uma emenda para estender o confisco às propriedades urbanas em que for comprovada a existência de exploração de trabalho escravo. Tais propriedades, pela emenda, serão destinadas a projetos sociais.

## Nery culpa "mentalidade escravagista" da elite

A mentalidade escravagista ainda presente em certos setores da elite política brasileira é o que impede a aprovação de medidas para a erradicação do trabalho semelhante ao escravo no Brasil. A avaliação é do presidente da Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, senador José Nery, que defende a aprovação, pelo Congresso, da PEC 438/01 (*leia texto à esquerda*).

Na opinião do senador, alguns políticos e empresários do agronegócio consideram mais importante o lucro obtido com suas atividades do que o respeito à dignidade humana.

– São setores que colocam como prioritárias as razões econômicas. A nossa luta pela erradicação do trabalho escravo no país se dá por razões humanitárias – disse o senador em



Cristina Galvão/Senado Federal

Nery diz que, mesmo fora do Congresso, seguirá no combate ao trabalho escravo

entrevista à Agência Senado.

A maior incidência de casos de trabalho escravo é no estado do Pará, informou Nery, seguido do Maranhão, Tocantins e Piauí. O Maranhão lidera o fornecimento desse tipo de mão de

obra, segundo estatísticas do Ministério do Trabalho, à frente do Piauí.

José Nery disse esperar que, a partir de terça-feira, as bancadas do Congresso Nacional estimulem o debate sobre o assunto e coloquem como prioritária a aprovação da PEC.

Apesar de não integrar o Congresso na próxima legislatura, ele afirmou que vai continuar se dedicando ao combate ao trabalho escravo.

– É um compromisso de vida. Abracei a causa no Pará, especialmente em

Abaetetuba, ou em qualquer lugar em que for chamado a contribuir, a organizar debates e ampliar a discussão do tema, até podermos testemunhar o fim do trabalho escravo no Brasil – afirmou Nery.

Trabalhador poderá receber vale para comprar livros, CDs, DVDs e ingressos para filmes e espetáculos, como o da companhia circense do ator Marcos Frota



Rocswell Pinheiro/ABR

## Governo quer vale-cultura aprovado até junho

Trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos poderão ter direito a um valor mensal de R\$ 50 para comprar livros, CDs e DVDs, ou ingressos para filmes, peças de teatro e espetáculos de dança. Para os aposentados, o valor pode ser de R\$ 30 mensais. O benefício, previsto no vale-cultura, pode ser aprovado ainda neste semestre, como afirmou a ministra da Cultura, Ana de Hollanda.

O projeto (PLC 221/09) passou no Senado em dezembro

de 2009 e aguarda deliberação da Câmara. A ministra anunciou que já pediu a deputados mais agilidade na tramitação.

– Acho que não há nenhum questionamento sobre a importância do projeto e de disponibilizar logo para o trabalhador esse direito – disse.

De acordo com o projeto, até 10% do valor do vale poderão ser descontados da remuneração desses trabalhadores. A adesão é optativa para o empregado.

Quando esses trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos tiverem sido atendidos, os com maior renda também poderão receber o benefício. Nesse caso, o desconto poderá ocorrer em percentuais de 20% e 90%, de acordo com a respectiva faixa salarial.

As empresas que declaram Imposto de Renda com base no lucro real poderão aderir ao vale-cultura e terão direito a deduzir até 1% do imposto devido.